



## ANÁLISE DA <sup>1</sup>TRAJETÓRIA DA FRENTE DEMOCRACIA E SAÚDE

**Patrícia Silveira Rodrigues<sup>1</sup>, Alane Andreino Ribeiro<sup>1</sup>, Agleildes Arichele Leal de Queiros<sup>3</sup>**

<sup>1</sup>Mestre em Saúde Pública, Centro Brasileiro de Estudos em Saúde. E-mail:  
patsilveirarodrigues@gmail.com

<sup>1</sup>Mestre em Ciências e Tecnologias em Saúde, Centro Brasileiro de Estudos em Saúde. E-mail:  
alane.andreino@gmail.com

<sup>3</sup>Doutora em Saúde Pública, Centro Brasileiro de Estudos em Saúde. E-mail:  
liu\_leal@yahoo.com.br

### Resumo

Trata-se de um relato de experiência, cujo objetivo é descrever a experiência da conformação de uma frente em defesa da democracia e dos direitos à saúde a partir de março de 2016 até os dias atuais. A Frente Democracia e Saúde (FDS) buscou atuar como um espaço de agregação de sujeitos e coletivos ou entidades que compartilham destes princípios, promovendo análises e ações do cenário no campo da saúde, bem como interagindo com coletivos de outras áreas. Como resultado, a FDS desenvolveu e atuou em diversas ações para resistir aos desmontes anunciados no sistema público de saúde e nos direitos dos cidadãos, afirmando como espaço importante de luta na defesa da saúde e do SUS – Sistema Único de Saúde.

Palavras-chave: Democracia, Políticas Sociais, Sistema Único de Saúde, Educação em Saúde.

### Introdução

O cenário político brasileiro apresentado no começo do ano de 2016, mais precisamente quando entra em jogo o processo de impeachment da presidenta Dilma Roussef, vai se revelando, de acordo com (Rizotto, 2016) como uma afronta a democracia com fortes raízes no parlamento, mas também no judiciário e na grande mídia. A partir dessa conjuntura, diversos atores, individualmente ou em coletivos, iniciam ações e declarações em denúncia desse fato, associando a defesa aos direitos fundamentais e políticas sociais à democracia.

No campo da saúde, após algumas iniciativas mais isoladas de pessoas ou entidades, como o próprio Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (CEBES), surge um movimento agregador dessas ações dispersas, a Frente Democracia e Saúde (FDS), com o lema de que não há saúde sem democracia e não há democracia sem saúde.

Este trabalho tem o objetivo de descrever o relato de experiência da conformação de uma frente em defesa da democracia, do Sistema Único de Saúde (SUS) e dos direitos sociais. Analisou-se o período de início das atividades da FDS, a partir de março do ano de 2016 até os dias atuais.

---

<sup>1</sup> Artigo no formato de relato de experiência



## **Desenvolvimento**

O SUS é o único sistema universal, público e gratuito de saúde dentre os países com mais de 100 milhões de habitantes (Santos, 2008). Foi instituído por meio da lei nº 8080/90, fruto de muita luta de movimentos sociais de trabalhadoras e trabalhadores de saúde, academia e usuários. Apesar de sua existência recente e constantemente ameaçada, o SUS vinha até este momento em movimento crescente de fortalecimento e qualificação. Contudo, muitos obstáculos são reconhecidos para os avanços do SUS, especialmente no que se refere a “gargalos” como o acesso a consultas com especialistas e alguns exames (Azevedo e Costa, 2010).

A partir das avaliações de que o acesso ao SUS ainda precisa ser ampliado e qualificado, para além do que já é ofertado, não há como colocar em discussão redução do sistema de saúde. Ao contrário, é necessário para a garantia dos princípios de universalidade, qualidade e integralidade um maior orçamento para a saúde pública e melhoria na gestão dos recursos públicos que possibilite ampliação e qualificação do atendimento à população.

Atualmente, o Brasil ainda não investe o mínimo necessário para que o SUS possa ter o financiamento adequado e então garantir saúde com qualidade aos brasileiros e brasileiras (Vieira e Zucchi, 2013). Mas o atual governo ilegítimo, por meio de medidas como a Proposta de Emenda à Constituição - PEC 241, propôs agravar ainda mais este quadro de desfinanciamento do SUS. Esta PEC acaba com a vinculação dos gastos de saúde ao crescimento da receita da União, pretendendo congelar por 20 anos os gastos públicos.

Outras iniciativas foram anunciadas no poder executivo e no legislativo somando-se como forças propulsoras na ameaça à saúde e ao desmonte do SUS. Como exemplos, o projeto do atual governo ilegítimo expressas no documento ponte para o futuro (PMDB, 2015), que propõe desvinculação das receitas para saúde, a PEC 451/2014, do então deputado Eduardo Cunha, que obriga as empresas a contratarem planos de saúde aos seus trabalhadores, apenas favorecendo quem está empregado, e a PEC 143/2015, que amplia a desvinculação do orçamento da União, estados e municípios. Todas as propostas representam ataques diretos ao que está previsto na constituição federal de 1988.

A saúde quando vista como setor do mercado não atende às necessidades dos cidadãos, mas apenas a interesse dos empresários que lucram com o adoecimento da população e insuficiência do SUS (Oliveira, 2015). E em tempos de “rasteira” na democracia e nos direitos sociais, lucram também os políticos que têm suas campanhas financiadas pelos planos privados de saúde. Nas eleições de 2014, as empresas Amil, Bradesco Saúde, Qualicorp e grupo Unimed saúde doaram juntas, em torno de 52 milhões para a candidatura de 131 parlamentares, entre eles, os parlamentares que apoiaram o impeachment Ricardo Barros, Osmar Terra e Eduardo Cunha (Bahia e Scheffer, 2014; Farias, 2016).

O processo em torno do impeachment e mudança de rumo do projeto de governo sem nenhuma legitimidade democrática, trouxeram à tona declarações, do então governo interino, de que era insustentável o tamanho do SUS e da necessidade de revisão dos preceitos constitucionais que garantem o acesso universal à saúde. No entanto, somando-se a proposta de regressão do direito à saúde, os planos populares de saúde, projeto do atual ministro ilegítimo da saúde, Ricardo Barros,



para contingenciar os gastos públicos com o SUS contraria o princípio constitucional de integralidade, fortalecendo a assistência privada à saúde e esfacelando o SUS.

A partir das citadas ameaças a democracia no país e usurpação dos direitos sociais, um conjunto de entidades, militantes, trabalhadores e usuários do SUS reuniram-se e iniciaram o desenvolvimento de atividades educativas no âmbito da defesa da democracia como questão de saúde para alertar aos cidadãos a situação do contexto atual do Brasil. Inicialmente, organizou-se um Seminário para Mobilização Internacional em Defesa da Democracia e dos Direitos Sociais, com a presença de movimentos e entidades como a Associação Latinoamericana de Medicina Social (ALAMES), CEBES, FIOCRUZ, Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra, Coletivo Intervezes com apoio da Faculdade de Saúde da Universidade de Brasília, além da presença de trabalhadores, acadêmicos, parlamentares e militantes da área da saúde e dos direitos sociais. A partir desta ação, esse coletivo denominou-se Frente Democracia e Saúde.

A FDS tem como principal pauta a defesa da saúde e da democracia, e por meio de ações de cunho educativo, como a “vacinação contra o golpe” e a distribuição da “pílula da democracia” em locais populares de grande circulação de pessoas como feiras públicas e eventos no Distrito Federal, assim como, o lançamento de manifestos, realização de audiências públicas e o desenvolvimento de ações de saúde junto a acampamentos de movimentos sociais em defesa da democracia se constituíram como movimento importante na defesa dos direitos sociais. Como resultado das ações realizadas, esse coletivo foi convidado a organizar e realizar atividades em espaços institucionais (Congresso Nacional, Conselho Nacional de Saúde, entre outros), promovendo o diálogo com diferentes atores na luta em defesa da Saúde e da Democracia.

A inserção da FDS nos diversos espaços políticos fomentou a organização de outras frentes em defesa da Saúde e do SUS, como a Frente Estudantil pela Saúde Popular e a Frente Popular em Defesa do SUS Distrito Federal. Diversos materiais gráficos de autoria própria foram produzidos pela FDS e utilizados em manifestações populares e espaços institucionais, como Manifesto dirigido à população brasileira, aos trabalhadores e gestores do SUS, apresentando os elementos que demandam a criação da Frente e uma Carta aberta em defesa dos direitos dos trabalhadores, explicitando situações de perseguição de trabalhadores do âmbito da saúde.

### **Conclusões**

As ações da FDS seguem acontecendo e se direcionam contra as ameaças reais aos direitos arduamente conquistados, como forma de reafirmar os preceitos da Constituição Cidadã. Articulações com outros movimentos que se somam para a defesa do SUS e do direito à saúde, como a Frente Parlamentar em defesa do SUS e com atividades conjuntas com o Conselho Nacional de Saúde tem ganhado força como um espaço necessário de luta para preservar tudo o que foi construído até hoje e contra a destruição das conquistas constitucionais.

Ressalta-se a importância das atividades da FDS no fomento e organização de outras frentes com propósitos afins, que se propõem o fortalecimento da pauta conjunta em defesa da Saúde e do SUS.

Na compreensão de que a atual conjuntura política no Brasil não propõe ações isoladas para defesa do que há de mais precioso na jovem democracia brasileira, o Estado Democrático de





Direito, sendo necessário a articulação de diferentes movimentos de resistência para o combate aos desmontes anunciados. A partir disso, a Frente Democracia e Saúde constitui-se como um movimento amplo e plural para enfrentar àqueles que propõem mercantilizar e usurpar a saúde pública e o SUS.

A atuação da FDS nos informa uma particularidade da atuação dos movimentos sociais contemporâneos, a de congregar diferentes organizações de base e de profissionais dispersos que se aglutinam em torno de uma pauta que potencialmente diz respeito a uma grande parcela da população brasileira.

Ao finalizar as análises do processo de construção dessa frente, queremos pontuar algumas questões para serem desenvolvidas numa agenda de pesquisa. Faz-se necessário observar até que ponto os interesses dos partidos políticos e das tendências políticas terão influências na condução desta frente? Qual a capacidade de resistência desta frente diante de um poderoso adversário?

#### Referências:

Brasil. Lei 8080, de 19 de Setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Brasília, 1990.

Santos, N.R. Public healthcare policy in brazil: Crossroads and choices. *Ciência e Saúde Coletiva*. 2008.

Azevedo, A.L.M.; Costa, A.M. The narrow entrance door of Brazil's National Health System (SUS): an evaluation of accessibility in the Family Health Strategy. *Revista Interface- Comunic., Saude, Educ.*, v.14, n.35, 2010.

Farias, L. Lobby Suprapartidário. *Le Monde Diplomatique Brasil*. 05 jul. 2016. Disponível em: <<http://www.diplomatique.org.br/acervo.php?id=3243>>. Acesso em: 30 set 2016.

Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Uma ponte para o futuro. Brasília, 29 out. 2015.

Edward Meirelles de Oliveira, E. M. O. Sistema Único de Saúde (SUS): contradições determinadas pelo desenvolvimento das forças produtivas da sociedade. Universidade de São Paulo, 2015.

Rizzotto, M.L.F. Nenhum passo atrás na conquista do direito à saúde. *Saúde Debate*, Rio de Janeiro, v. 40, n. 109, p. 4-7, ABR-JUN 2016.

Vieira F.S., Zucchi P. Financing of pharmaceutical services in Brazilian public health system. *Saude Soc.*; n.22, v.1, p.73-84, 2013.



Scheffer, M; Bahia, L. Representação política e interesses particulares na saúde - A participação de empresas de planos de saúde no financiamento de campanhas eleitorais em 2014. Relatório de pesquisa. 2014. Texto disponível em: <<http://www.abrasco.org.br/site/wp-content/uploads/2015/02/Planos-de-Saude-e-Eleicoes-FEV-2015-1.pdf>>. Acesso em: 30 set 2016.